

## **PROJETO DE LEI Nº           , DE 2019**

(Da Sra. Dra. Soraya Manato)

Acrescenta § 2º do art. 2º – A, Lei nº 8.560, de 29 de dezembro de 1992, para tornar desnecessária a anulação do registro de filiação para ajuizamento de ação de investigação de paternidade biológica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei acrescenta § 2º ao art. 2º – A da Lei nº 8.560, de 29 de dezembro de 1992, para tornar desnecessária a anulação do registro de filiação para ajuizamento de ação de investigação de paternidade biológica, desde que fundada no direito fundamental à busca da identidade genética.

Art. 2º O art. 2º - A, Lei nº 8.560, de 29 de dezembro de 1992, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º- A .....

§ 1º .....

§ 2º A ação de investigação de paternidade biológica independe de anulação da filiação registral, desde que fundada no direito fundamental à busca da identidade genética.” (NR)

Art.3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

## **JUSTIFICAÇÃO**

Este projeto de lei, inspirado que foi em projeto semelhante proposto pelo Deputado Carlos Manato em 2015, tem por objetivo resolver controvérsia acerca da viabilidade de exame do genoma humano hábil a aferir o vínculo biológico de ascendência, conquanto na constância de reconhecimento de registro de paternidade, sobretudo nos casos em que se cuida da figura da adoção à brasileira, em privilégio do direito fundamental da

identidade genética, enquanto corolário de concretização fático-normativa da dignidade da pessoa humana (CF, art. 3.º, III).

Seguindo linha de desenvolvimento de ideias já anteriormente apresentada pelo deputado Carlos Manato, podemos dizer que: é imperioso registrar que o retro mencionado direito fundamental é correlato à circunstância fática de desenvolvimento da contingente evolução tecnológica de nossa sociedade, permitindo a investigação da relação de parentalidade segundo a acepção da ciência biológicas, de maneira a garantir, sem dúvidas, o aumento substancial da qualidade de vida, por meio da identificação de problemas de linhagem hereditária e seu respectivo tratamento, além da viável prevenção de doenças crônicas e, até mesmo, o aumento da pluralidade de oportunidade de transplantes de órgãos.

À luz de tais considerações, percebe-se que, malgrado seja uma exteriorização da dignidade da pessoa humana, o direito subjetivo da personalidade de conhecer sua identidade genética subsume-se e dá substância principalmente aos atributos civis dos chamados direitos da personalidade, situando-se, portanto, muito mais no campo da dogmática geral do Direito Civil do que da regulação das relações disciplinadas pelo Direito de Família.

Não obstante, a prática jurisprudencial do país tem-se defrontado com a interpretação segundo a qual a constância de reconhecimento de vínculo de filiação em cartório, isto é, verificada a ocorrência de filiação registral, independente de se tratar de hipótese de adoção à brasileira, é inviável o ajuizamento da ação de investigação de paternidade, nos termos em que normatizados pela Lei nº 8.560, de 29 de dezembro de 1992, cujo texto este projeto pretende atualizar para atender à conformidade daquele direito fundamental.

Destarte, considerados os avanços da Ciência e os benefícios decorrentes da perquirição da origem genética relatados acima, aliada, na esfera jurídica, ao reconhecimento legislativo de um direito de índole constitucional a essa descoberta, enquanto manifestação da própria identidade do indivíduo, não pode ser refreado por óbice registral, fruto de uma longa

tradição histórico-cultural que privilegia o *habitus* cartorário em detrimento da efetiva manifestação das diversas formas de vida da sociedade brasileira, soberanamente plural e diversificada.

Dada a relevante contribuição da alteração ora proposta para o aumento da qualidade de vida dos brasileiros, por conexão, o reforço de alternativas de tratamentos de saúde e até ao transplante de órgãos, além da devida conformação constitucional na seara jurídica, conto com o apoio dos nobres Congressistas para a aprovação deste projeto.

Sala das Sessões, em        de        de 2019.

Deputada Dra. Soraya Manato  
Deputada Federal